

Ao
Banco Central do Brasil

Ref.: Demonstrações Financeiras 30/06/2025 e 31/12/2024

Em atendimento a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, encaminhamos as Demonstrações Financeiras na data base de 30 de junho de 2025 e 2024, conforme segue abaixo:

- Relatório da administração;
- Relatório dos auditores independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de resultado do exercício;
- Demonstração dos resultados abrangentes;
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;e
- Notas explicativas às demonstrações financeiras;

A administração da Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A. é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Sem mais, subscrevemo-nos.

Henrique Souza e Silva Peretto
CPF: 151.935.858-09

Fernando Felipe Falcão
1CE027208/O-3 'T' SP

CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025
com Relatório do Auditor Independente

(Em milhares deReais)

Conteúdo

Relatório da administração	4
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

Relatório da administração
Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A. (“Companhia” ou “Cartos”), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

A CARTOS SCD S/A teve sua licença de operação autorizada pelo Banco Central do Brasil em julho de 2019. A empresa tem como estratégia a originação das carteiras de crédito para pessoa física, com crédito pessoal e consignado, público e privado, e pessoa jurídica. Também atua com serviços financeiros para o mercado de Banking as a Service, sempre alinhado com seguidos avanços em tecnologia e escala para dar sequência as diretrizes de expansão.

A estratégia e posicionamento passa por uma revisão a cada semestre, ou sempre que necessário, de acordo com as condições econômicas, legal, mercado e política de momento.

Seguindo a estratégia de expansão, atuamos na bancarização de operações de crédito, sendo a sua maioria para crédito pessoal. Para os dois próximos anos, esperamos um crescimento na atuação para pessoas físicas em crédito consignado, público e privado, e no mercado de Banking as a Service, com o crescimento de plataformas digitais de nicho a nível nacional.

Diversas ações de investimento em tecnologias seguem sendo tomadas pela Diretoria, passando por melhorias de segurança, prevenção a fraude, eficiência e sistemas de gestão de ativos de crédito, sempre com a orientação das melhores práticas de mercado.

Todas as decisões estratégicas tomadas pela Diretoria são pautadas no código de ética da instituição e são periodicamente avaliadas, em busca de agregar valor ao capital, em busca de assegurar um balanço sólido com rentabilidade consistente, dentro dos limites de risco estabelecido pela Diretoria.

A Diretoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo –SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A., em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Desenquadramento nos limites operacionais

Conforme mencionado na Nota nº 23 às demonstrações financeiras, para o semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia obteve como resultado um patrimônio líquido positivo de R\$ 9.799 mil (R\$ 4.598 mil em 31 de dezembro de 2024), ocasionando o desenquadramento nos limites operacionais do Patrimônio de referência mínimo compatível com os riscos dos ativos, conforme determina a resolução CMN nº 4.958 de 21/10/2021. Esses eventos ou condições demonstram possíveis reflexos operacionais na data base de emissão deste relatório. A Administração vem intensificando as medidas de reenquadramento visando restabelecer o atendimento ao índice mínimo de capital no segundo semestre de 2025. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de agosto de 2025

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2 SP 015090/O-5



Wilson Ramos Souza Júnior
Contador CRC 1 SP 286020

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**Balanco patrimonial****(Em milhares de reais)**

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	30/06/2025	31/12/2024		Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		215.092	132.133	Circulante		208.307	129.652
Disponibilidades	4	15.320	8.912	Captação de Recursos	9	-	453
Títulos e Valores Mobiliários	5	494	719	Obrigações por Empréstimos		-	453
Outras Reservas Livres	10	176.082	119.347	Outros depósitos	10	176.082	119.347
Operações de Crédito	6	13.419	322	Recursos disponíveis de clientes		176.082	119.347
Empréstimos Concedidos		13.419	329	Outras obrigações		32.225	9.853
(-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito			(8)	Fiscais e previdenciárias	11	4.264	3.767
				Diversas	12	27.961	6.085
Outros créditos	7	9.777	2.834	Não Circulante			
Adiantamentos diversos		4.813	788	Captação de Recursos	9	-	-
Créditos Tributários		2	2	Obrigações por Empréstimos		-	-
Impostos a compensar		2.116	1.053				
Devedores diversos		2.846	991				
Não Circulante		3.014	2.117	Patrimônio líquido	13	9.799	4.598
Operações de Crédito	6	961	334	Capital de domiciliados no país	13.a	4.000	4.000
Empréstimos Concedidos		961	334	Outras Reservas de Lucros		414	414
Imobilizado	8	3.069	2.567	Reserva Legal	13.b	184	184
Depreciação		(1.016)	(784)	Lucro 1º Semestre		5.327	-
				Antecipação JCP no Semestre		(126)	-
		218.106	134.251			218.106	134.251

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstração do resultado
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Receitas da intermediação financeira	16	151.502	75.939
Operações de crédito		76.572	23.890
Rendas com prestação de serviços		67.958	49.357
Resultado de títulos e valores mobiliários		6.972	2.692
Despesas da intermediação financeira		-	(127)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(127)
Resultado bruto da intermediação financeira		151.502	75.812
Outras receitas (Despesas) operacionais		(144.084)	(74.499)
Despesas de pessoal	17	(3.461)	(2.811)
Outras despesas administrativas	18	(123.038)	(61.474)
Despesas tributárias	19	(17.228)	(9.332)
Outras receitas operacionais	20	46	15
Outras despesas operacionais	21	(403)	(897)
Resultado operacional		7.418	1.313
Resultado antes da tributação sobre o lucro/Prejuízo e participações		7.418	1.313
Imposto de Renda	14.b	(1.534)	(252)
Contribuição Social	14.b	(557)	(95)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.a	-	30
Lucro/Prejuízo do período		5.327	996
Número de ações		4.000	4.000
Lucro/Prejuízo por ação		R\$ 1,33	R\$ 0,25

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais)

	Exercício	
	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Lucro/Prejuízo do exercício	<u>5.327</u>	<u>996</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do semestre/exercício	<u>5.327</u>	<u>996</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Capital	Aumento de Capital	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.000	-	110	-	3.268
Outros eventos:						
Outros		1.000	-	-	-	1.000
Lucro do exercício		-	-	-	996	996
Destinações:						
Constituição de reservas		-	-	-	996	(996)
Distribuição de lucros		-	-	-	-	-
Distribuição de Juros s/ Capital Próprio		-	-	-	(15)	(15)
Saldos em 30 de junho de 2024		4.000	-	110	-	5.249
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.000	-	184	-	4.598
Outros eventos:						
Lucro do semestre		-	-	-	-	5.327
Destinações:						
Constituição de reservas		-	-	-	5.327	(5.327)
Distribuição de Juros s/ Capital Próprio		-	-	-	(126)	(126)
Saldos em 30 de junho de 2025		4.000	-	184	-	9.799

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa****(Em milhares de reais)**

	30/06/2025	30/06/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	7.705	2.267
Lucro/Prejuízo líquido	5.327	996
Ajustes:		
Depreciação	232	144
IRPJ/CSLL	2.091	317
Ajuste de avaliação patrimonial		-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	127
Perdas com fraudes	-	502
Outros	55	181
(Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	(76.549)	(10.283)
Títulos e valores mobiliários	225	(1.778)
Operações de crédito	(13.097)	(1.080)
Outras reservas livres	(56.735)	(7.374)
Outros créditos	(6.942)	(51)
Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	79.107	10.785
Recursos disponíveis de clientes	56.736	7.374
Outras obrigações	22.371	3.411
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.263	2.769
Aquisição de ativo imobilizado	(502)	(743)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(502)	(743)
Dividendos distribuídos		-
Juros sobre capital próprio pagos	(126)	(15)
Empréstimos e financiamentos	(453)	(499)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(579)	(514)
Redução em equivalentes de caixa	9.182	1.512
Equivalentes de caixa		
No início do período/semestre	6.138	1.261
No final do período/semestre	15.320	2.773
Aumento em equivalentes de caixa	9.182	1.512

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A **CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Cartos SCD”)**, CNPJ no 21.332.862/0001-91, iniciou suas atividades no ano de 2014, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1355, 12º andar, conj. 1202, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A Cartos SCD tem como objetivo principal a concessão de crédito consignado público e privado, crédito pessoal e operações estruturadas para empresas comerciais, indústrias e agronegócio. Também atua com serviços financeiros como conta digital, pagamentos instantâneos (PIX), transferência eletrônica disponível (TED) e a emissão e pagamento de boletos.

A Cartos Sociedade de Crédito teve sua autorização emitida pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2019, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. A Cartos SCD é classificada como “S5”.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a 14 imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de agosto de 2025.

Moeda Funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

a. Apuração do resultado:

A **Cartos SCD** reconhece as receitas e despesas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para a apropriação da receita de natureza financeira. Para as receitas e despesas com natureza financeira, é considerado como base método exponencial, exceto para aquelas que são relativas a títulos descontados, que são utilizados como base o método linear.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Disponibilidades:

As disponibilidades são caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e alterações subsequentes que, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

São registradas as aplicações ao custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

d. Instrumentos financeiros:

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, a Administração poderá classificar os títulos e valores mobiliários que fazem parte da carteira considerando três categorias distintas, tais quais:

(i) Títulos para negociação: os títulos classificados como para negociação são apresentados no ativo circulante, sem levar em consideração os seus vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Sua avaliação é feita a valor de mercado, sendo o seu resultado a diferença da valorização ou desvalorização registrado no resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: são títulos adquiridos pelo banco que serão mantidos em carteira até o vencimento. Eles são avaliados pelo custo de aquisição, sendo acrescidos dos rendimentos no período. Caso seja constatado perdas permanentes, estes são computados diretamente no resultado.

(iii) Títulos disponíveis para venda: são compreendidos como títulos que não serão negociados com determinada frequência, ou mesmo adquiridos para investimentos. Sua finalidade é para reservas de liquidez, garantias ou mesmo proteção contra riscos. Os seus rendimentos registrados de acordo com as taxas de aquisição, ou mesmo suas possíveis perdas permanentes são registradas no resultado. Sua avaliação é por marcação a mercado, sendo a sua valorização ou desvalorização, lançados em conta do patrimônio líquido, já considerando os efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado no momento de sua realização.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e 2023 nos itens (i), (ii) e (iii). O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13 e alterações

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A **Cartos SCD** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a **Cartos SCD** transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Cartos SCD em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separadamente.

e. Operações de crédito e provisões para crédito de liquidação duvidosa

A **Cartos SCD** reconhece as operações de crédito e os seus demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. As operações são classificadas de acordo com seu nível de risco, levando em consideração o julgamento da Administração, sempre observando os parâmetros estabelecidos na Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil de 21 de dezembro 1999, que requer uma análise periódica da carteira de crédito e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (sem risco) e “H” (perda). As rendas geradas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, são reconhecidas como receita, quando do seu efetivo recebimento, independentemente de seu nível de risco. As operações classificadas como nível “H” ficam neste nível pelo prazo de seis meses, contados a partir de sua transferência para este nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente. Seu controle é feito por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não fazendo parte da carteira de créditos do balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 (complementada pela Resolução BCB nº 352/2023), a **Cartos** passou a adotar o arcabouço alinhado ao IFRS 9, com mensuração por perdas de crédito esperadas e avaliação por estágios. Nesse contexto, as rendas de operações com atraso superior a 90 dias deixam de ser apropriadas por competência, sendo reconhecidas apenas quando recebidas. Mantêm-se a política de baixa contra provisão para perdas e o controle dos créditos baixados em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. Para assegurar comparabilidade, a instituição preserva divulgações consistentes das políticas de classificação, provisão e reconhecimento de receitas, evidenciando, quando aplicável, as conciliações entre os critérios anteriormente vigentes e o novo arcabouço.

f. Imobilizado e intangível:

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, tais como:

- Custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos

g. Passivos financeiros não derivativos:

A **Cartos SCD** reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Cartos SCD se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A **Cartos SCD** desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

h. Capital Social

A sociedade é formada por quotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00 e é composta e mensurada pelo valor histórico das subscrições realizadas pelos sócios-quotistas.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Cartos SCD em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as operações com créditos adquiridos a Cartos SCD identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

j. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

k. Ativos e passivos contingentes

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

l. Imposto de renda e contribuição social

A Cartos SCD está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

m. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do período e não expira.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

n. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve resultado classificado como não recorrente.

4 Disponibilidades

Refere-se a disponibilidades em conta corrente da Cartos SCD S.A

	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	15.320	8.912
Total	15.320	8.912

5 Títulos e Valores Mobiliários

Estão representados por aplicações com quotas de fundos de investimento, com liquidez, e totalizaram R\$494 (R\$719 em 31.12.2024).

	30/06/2025		31/12/2024	
	Valor de custo	Valor mercado/ contábil	Valor de custo	Valor mercado/ contábil
Carteira própria	494	494	719	719
Títulos disponíveis para venda	494	494	719	719

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Operações de Crédito

As operações de crédito referem-se exclusivamente a empréstimos concedidos pela Companhia, registrados inicialmente pelo valor justo na data de contratação, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21 e na Resolução BCB nº 352/23.

a) Política de classificação e mensuração

A classificação e mensuração das operações de crédito observa o modelo de negócios e o teste de características contratuais de fluxo de caixa (*SPPI – Solely Payments of Principal and Interest*), conforme estabelecido na Resolução 4.966/21:

- **Custo amortizado** – ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais de principal e juros, que atendem ao teste SPPI.
- **Valor justo por meio do resultado (VJPR)** – ativos destinados à negociação ou que não atendam ao teste SPPI.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)** – ativos mantidos para recebimento e venda, cujos fluxos atendam ao teste SPPI.

Na data-base de 30/06/2025, todas as operações de crédito da Companhia estão classificadas ao custo amortizado.

b) Política de mensuração da perda esperada

A Companhia adota a metodologia simplificada prevista na regulamentação para instituições do Segmento S5, que utiliza o critério de dias de atraso para determinação do nível de risco, sendo que cada nível possui um percentual de provisão mínimo regulamentar.

A mensuração da perda esperada considera:

- Probabilidade de Inadimplência (PD);
- Perda Dada Inadimplência (LGD);
- Exposição no Momento do Default (EAD);

Ajustados às condições de cada operação, às evidências observadas no histórico de inadimplência e ao cenário econômico.

O cálculo é efetuado para o horizonte de vida total da operação (*lifetime ECL*), conforme a metodologia simplificada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Critérios de classificação por estágio (equivalente ao IFRS 9)

As operações são classificadas nos seguintes estágios:

- **Nível A / Estágio01** – Operações adimplentes, sem evidência de aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (0 a 14 dias em atraso).
- **Níveis B a G / Estágio02** – Operações com evidência de aumento significativo do risco de crédito, mas sem caracterizar inadimplência (15 a 179 dias em atraso).
- **Nível H / Estágio03** – Operações inadimplentes ou com evidência objetiva de perda no valor recuperável (180 dias ou mais em atraso, ou com deterioração significativa da capacidade de pagamento).

d) Baixa de ativos financeiros (write-off)

As operações classificadas no nível “H” permanecem nesse nível por 6 meses, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente. Após a baixa, permanecem registradas em contas de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos para fins de controle e cobrança administrativa ou judicial.

e) Saldos na data-base

Em 30/06/2025, o saldo da carteira de operações de crédito totalizou R\$ 14.380 (R\$ 663 em 31/12/2024), integralmente enquadrado no nível A (0 a 14 dias em atraso), para o qual não há exigência de constituição de provisão para perdas segundo a metodologia simplificada.

Classificação da Carteira por Níveis de Atraso – Metodologia Simplificada

Nível	Faixa de atraso (dias)	30/06/2025	Provisão	31/12/2024	Provisão
I	0 a 14	14.380	-	596	(3)
II	15 a 30	-	-	15	-
III	31 a 60	-	-	30	(1)
IV	61 a 90	-	-	18	(2)
V	91 a 120	-	-	-	-
VI	121 a 150	-	-	4	(2)
VII	151 a 180	-	-	-	-
VIII	acima de 180	-	-	-	-
Total		14.380	-	663	(8)

Na data-base de 30/06/2025, o montante de provisão para perdas com operações de crédito foi de R\$ 0 (R\$ 8 em 31/12/2024), refletindo a melhor estimativa da Administração para perdas prováveis, conforme metodologia simplificada prevista na Resolução CMN nº 4.966/21.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Outros Créditos

	30/06/2025	31/12/2024
Outros Créditos	9.777	2.834
Adiantamentos Diversos	4.813	788
Créditos Tributários	2	2
Impostos a Compensar	2.116	1.053
Clientes - Faturamento	627	947
Devedores diversos	2.219	44

8 Imobilizado de Uso

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso a uma taxa de 10%, sistemas de processamento de dados e computadores e periféricos a uma taxa de 20%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2024			30/06/2025
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	196	-	-	196
Sistema de Processamento de Dados (i)	2.371	502	-	2.873
Depreciação	(784)	(233)	-	(1.017)
Total	1.783	269	-	2.053

- (i) Refere-se ao desenvolvimento de soluções internas de Software para atender os novos produtos de Banking Service, bem como para melhorias dos sistemas em segurança, prevenção a fraude e eficiência.

9 Obrigações por empréstimos

A **Cartos SCD** realizou a contratação de cédulas de crédito bancário com as seguintes características:

Contrato	Data contratação	Valor Contratado	Saldo em 30/06/2025	Saldo em 31/12/2024	Encargos	Prazo de liquidação (em meses)
CG BRAD	16/10/2023	500	-	-	16,7652% juros a. a	3 meses
9730/22	13/05/2022	2.000	-	453	22,42% juros a. a	36 meses
Total		2.500	-	453		

Os créditos foram contratados para fins de financiamento de capital de giro e aquisição de ativo imobilizado, e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme apontamento 6639, em 15/06/2023 a Cartos SCD firmou um compromisso junto ao Banco Central do Brasil para liquidação de todas as obrigações com empréstimos até a data de sua liquidação em 01/06/2025. Em atendimento a esse compromisso, a liquidação integral dos saldos das operações ocorreu em junho de 2025, não restando valores a pagar na data-base de 30/06/2025.

10 Outras Reservas/Depósitos

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os depósitos representam saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas de clientes. Esses recursos constituem patrimônio separado, não se confundindo com o patrimônio da instituição de pagamento, conforme disposto no art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e na Resolução BCB nº 96, de 19 de maio de 2021.

Conforme a regulamentação vigente, os recursos em moeda eletrônica são mantidos em contas específicas para salvaguarda, podendo estar alocados em depósitos à vista, títulos públicos federais ou outros instrumentos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

a. Outras Reservas

Ativo	30/06/2025	31/12/2024
Outras Reservas	176.082	119.347
Outras reservas	176.082	119.347

b. Depósitos

Passivo	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos	176.082	119.347
Depósitos	176.082	119.347

Em 30 de junho de 2025, a Cartos SCD registrou saldo de R\$ 176.082 mil em moeda eletrônica mantida em contas de pagamento pré-pagas de clientes. Esse montante decorreu da manutenção e expansão da base de clientes ao longo do semestre, impulsionada pela celebração de novas parcerias comerciais e pelo aumento da utilização dos serviços oferecidos pela instituição.

Os recursos foram integralmente segregados do patrimônio da instituição e mantidos em ativos de alta liquidez e baixo risco, conforme previsto na Resolução BCB nº 96/2021, incluindo depósitos à vista, títulos públicos federais e contas de liquidação no Banco Central do Brasil, assegurando sua disponibilidade imediata para utilização ou resgate pelos usuários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos de obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostos:

	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	4.264	3.767
IOF a recolher	955	1.510
Provisão IRPJ e CSLL	2.408	793
Impostos retidos s/ serviços de terceiros	345	610
Impostos s/ folha de pagamento	11	1
Pis/Cofins/ISS	545	853

Esses saldos referem-se a tributos federais, estaduais e municipais, bem como a contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, sobre serviços tomados e sobre a receita da instituição, cujo fato gerador ocorreu até a data-base, mas cujo recolhimento será efetuado nos prazos previstos na legislação aplicável.

O aumento do saldo total no 1º semestre de 2025, em relação a 31/12/2024, deve-se principalmente à elevação da provisão para IRPJ e CSLL, em razão da maior base de cálculo do lucro tributável no período.

12 Diversos

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos registrados em “Diversos” apresentam a seguinte composição:

	30/06/2025	31/12/2024
Diversas	27.960	6.085
Despesas de Pessoal	22	3
Fornecedores	6.105	3.032
Credores diversos - CSC	538	289
Créditos de terceiros	10.261	1.150
Outras - transitórias operações(i)	105	1.611
Operações de crédito a liberar (ii)	10.929	-

(i) São referentes a cessões a liberar, não apresentadas no período. Os créditos foram reapresentados no período subsequente.

(ii) Correspondem a operações de crédito contratadas no período, cujo valor foi liberado aos tomadores e cedido a terceiros no mês subsequente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2025 o capital social é de R\$4.000.000,00 (três milhões de Reais), composto por 4.000.000 (três milhões) de quotas, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023, o capital social era de R\$3.000.000,00 (três milhões de Reais), composto por 3.000.000 (três milhões) de quotas, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço.

Em 29 de fevereiro de 2024 foi solicitado junto ao Banco Central do Brasil o aumento do Capital no montante de R\$ 1.000.000,00. A Sociedade obteve sua aprovação em 27 de junho de 2024, através do Ofício nº265660/2024-BCB/Deorf/GTSP2, aumentando o capital social da Cartos SCD para o montante de R\$4.000.000 (quatro milhões de Reais), conforme publicado no Diário Oficial - Seção 3 Página 201 em 01 de julho de 2024.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido anual, ajustados nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias

A Cartos SCD não possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais ou base negativa de contribuição social na data-base de 30/06/2025.

Em relação às diferenças temporárias, pela **metodologia simplificada** prevista na regulamentação vigente e considerando as características de sua carteira de crédito, **não foram constituídas provisões para perdas incorridas** no período. Dessa forma, não houve registro de créditos tributários sobre provisão para devedores duvidosos em 30/06/2025 (R\$ 22 em 31/12/2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de PCLD	-	(8)
IRPJ Diferido (15%)	-	14
CSLL Diferido (9%)	-	8
Total	-	22

b. Impostos Correntes

A composição dos impostos correntes é a seguinte:

	30/06/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.257	6.257	366	366
Adições	157	157	89	89
Exclusões	(228)	(228)	(127)	(127)
Compensação de Prejuízos	-	-	(98)	(98)
Base tributária	-	-	230	230
Alíquota IRPJ (15%) - CSLL (9%)	928	557	34	21
Alíquota IRPJ (10%)	606	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.534	557	34	21

15 Provisão para contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados ou divulgados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), aprovado também pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Logo, para o período não possuímos processos com prognóstico de perda provável e/ou possível.

16 Receitas da Intermediação Financeira

As receitas de intermediação financeira da Cartos SCD compreendem:

- **Operações de crédito** – correspondem aos juros, encargos e demais remunerações incidentes sobre as operações concedidas, apropriados pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Resultado de títulos e valores mobiliários** – rendimentos auferidos em aplicações financeiras, contabilizados pelo regime de competência, conforme a natureza e classificação dos ativos.
- **Receitas de prestação de serviços** – tarifas e comissões cobradas dos clientes em função de serviços prestados e operações contratadas, reconhecidas de acordo com a conclusão da prestação.

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas de intermediação financeira	151.502	75.939
Operações de crédito	76.572	23.890
Rendas com prestação de serviços	67.958	49.357
Resultado de títulos e valores mobiliários	6.972	2.692

O resultado de intermediação financeira do semestre encerrado em 30 de junho de 2025 apresentou crescimento de 99,50% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse desempenho foi impulsionado principalmente por:

- Expansão da carteira de clientes, decorrente da ampliação de canais de aquisição e estratégias comerciais;
- Aumento da emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), com consequente incremento no volume de operações ativas;
- Maior volume de cessões de operações para o mercado de capitais, permitindo otimização de capital e incremento de receitas;
- Rentabilidade superior nas aplicações financeiras, refletindo na elevação de 158,99% no resultado de títulos e valores mobiliários.

Tais fatores, em conjunto, reforçam o crescimento sustentável da base operacional e o fortalecimento da capacidade de geração de receitas da instituição.

17 Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal registradas pela Cartos SCD referem-se, em sua maior parte, a valores apropriados por meio de centro de serviços compartilhados (CSC), responsável pela gestão e alocação dos custos de folha de pagamento e benefícios relacionados ao quadro funcional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	30/06/2024
Despesas de pessoal	(3.461)	(2.811)
Despesas diretoria	(134)	(37)
Despesas proventos	(1.755)	(1.647)
Despesas benefícios	(1.031)	(1.116)
Despesas cursos e treinamentos	(5)	(2)
Despesas remuneração estagiários	(1)	-
Despesas encargos sociais	(535)	(9)

18 Outras despesas Administrativas

As despesas administrativas englobam gastos necessários à manutenção das atividades operacionais da Cartos SCD, incluindo despesas gerais, de estrutura, de suporte operacional e de serviços contratados de terceiros.

	30/06/2025	30/06/2024
Outras despesas administrativas	(123.038)	(61.474)
Despesas de água/energia	(33)	(23)
Despesas de aluguéis	(842)	(437)
Despesas de comunicação	(23)	(17)
Despesas manutenção e conservação de bens	(102)	(82)
Despesas de material	(42)	(35)
Despesas de processamento de dados	(4.517)	(3.684)
Despesas de Publicidade	(207)	(164)
Despesas de seguros	(9)	(2)
Despesas serv. sistema financeiro	(1.424)	(1.308)
Despesas de serviços de terceiros	(114.589)	(55.089)
Despesas serv. técnicos especializados	(700)	(347)
Despesas de transportes	(17)	(22)
Despesas de viagens no país	(100)	(57)
Outras despesas administrativas	(433)	(207)

No semestre encerrado em 30 de junho de 2025, as outras despesas administrativas apresentaram aumento relevante em relação ao mesmo período de 2024, passando de R\$ 61.474 mil para R\$ 123.038 mil.

O crescimento foi influenciado, principalmente, pelo aumento das despesas com serviços de terceiros, que mais que dobraram no período. Esse acréscimo está diretamente relacionado à expansão das operações da instituição, com destaque para:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Comissões pagas a correspondentes bancários, decorrentes do maior volume de originação de operações;
- Serviços de processamento de dados, necessários para suportar o aumento do número de transações e clientes;
- Contratações adicionais de serviços especializados para suporte às áreas operacionais e administrativas.

Tais investimentos refletem a estratégia de crescimento da instituição e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura operacional para atender ao aumento da demanda e manter a qualidade dos serviços prestados.

19 Despesas tributárias

As despesas tributárias referem-se a tributos incidentes sobre as receitas da Cartos SCD, incluindo contribuições sociais e impostos sobre prestação de serviços.

	30/06/2025	30/06/2024
Despesas tributárias	(17.228)	(9.332)
Despesas contribuição PIS	(2.429)	(1.226)
Despesas contribuição COFINS	(11.354)	(5.655)
Despesas contribuição ISS	(3.445)	(2.437)
Despesas outros impostos e taxas	-	(14)

20 Outras Receitas Operacionais

	30/06/2025	30/06/2024
Outras receitas operacionais	46	15
Outras rendas de operações de Crédito	46	5
Recuperação de Prejuízos (i)	-	10

(i). No exercício findo em 30 de junho de 2025, não houve recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízos. (R\$29 em 30 de junho de 2024).

21 Outras Despesas Operacionais

	30/06/2025	30/06/2024
Outras despesas operacionais	(403)	(897)
Despesas de depreciação	(233)	(144)
Desconto operações de crédito	-	(0)
Despesas com operações de crédito	(170)	(63)
Prejuízos com Empréstimos	-	(13)
Outras despesas operacionais	-	(677)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Estrutura de gerenciamento de riscos

A **Cartos SCD** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a **Cartos SCD** mantém uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **Cartos SCD**, no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Os processos de gestão de riscos da **Cartos SCD**, conta com as seguintes frentes de atuação para os riscos de mercado, crédito, liquidez, capital, operacional, conformidade e controles internos as quais estão sujeitas a instituição:

A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles internos baseados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Grupo. Estas áreas monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, que são periodicamente submetidos a revisões, com o objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Tais estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da **Cartos SCD** tem como base a Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A **Cartos SCD** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Risco de Crédito e Contraparte

A **Cartos SCD**, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da **Cartos SCD** na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da **Cartos SCD** realizar o monitoramento (analisar, aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico das carteiras e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê**.

O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias. Na análise final o crédito é aprovado ou reprovado no comitê.

Em relação ao Risco de Contraparte, a **Cartos SCD** busca negociar prioritariamente ativos com bom histórico de liquidez. Os clientes são selecionados com base em critérios qualitativos, tanto no que tange a qualidade das informações, quanto pela robustez da instituição.

c. Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação e garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Na **Cartos SCD**, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação dele. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

d. Risco de capital

A Companhia possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17. A Companhia está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN

e. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **Cartos SCD** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitara ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e ferramentas de uso por parte da gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de autorregulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da **Cartos SCD** a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

f. Risco de Conformidade

Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, aos códigos de ética e de conduta. Ainda, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da SCD nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") e Circular BACEN nº 3.978/20.

g. Risco de Controles Internos

O time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia. As principais atividades da área de controles internos são:

- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para monitorar e mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
- Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não identificados;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados por auditorias; e
- Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Limite operacional

A Cartos SCD é optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) disciplinada pela Resolução CMN nº 4.606/17.

Na data-base 30 de junho de 2025, a Cartos SCD apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 8.464 e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo risco 29 ("RWA"), era de R\$ 60.761 na forma simplificada (RWAs5) da Resolução nº CMN 4.606/17.

Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, § 3º da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 16,25%, o equivalente a R\$ 9.874.

A Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A. encontra-se em 30 de junho de 2025 em desconformidade com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, especificamente quanto ao Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), cujo índice atual encontra-se abaixo do mínimo regulatório de 16,25%, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.958/2021.

Entre janeiro e junho de 2025, a insuficiência do Patrimônio de Referência apresentou redução, passando de R\$3.094 negativo em janeiro de 2025 para R\$ 1.865 negativo em junho de 2025. No mesmo intervalo, observou-se aumento do RWAs5 de R\$ 39.697 para R\$ 60.761, acompanhado da elevação do PR de R\$ 3.654 para R\$ 8.464.

A Administração vem intensificando as medidas de reenquadramento, com ênfase na retenção de resultados, no reforço de capital e na otimização da alocação de ativos, visando restabelecer o atendimento ao índice mínimo de capital no menor prazo possível.

24 Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB nº 352/23, que estabeleceram novos critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, harmonizando o COSIF com a norma internacional IFRS 9 – *Instrumentos Financeiros*.

Como parte do processo de implementação, a Cartos SCD:

- Realizou diagnóstico dos impactos contábeis e operacionais;
- Atualizou suas políticas internas de classificação, mensuração e provisão para perdas decrédito;
- Revisou e fortaleceu seus controles internos;
- Implementou, em 2025, a nova plataforma "Função" para processamento das operações de crédito, parametrizada para cálculo automático da perda esperada e integração contábil;
- Promoveu treinamentos técnicos para as equipes de contabilidade, crédito e risco;
- Estabeleceu rotinas de monitoramento e reporte mensal ao Comitê de Riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No primeiro semestre de 2025, não houve impacto relevante nos saldos de provisão para perdas, pois a carteira estava integralmente classificada no nível A (0 a 14 dias em atraso) na data-base de 30/06/2025.

25 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Cartos SCD são classificados no reconhecimento inicial com base no modelo de negócios e no teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*), conforme Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23.

A carteira de crédito da Companhia é composta por:

- Operações de crédito pessoal sem garantia;
- Operações de crédito consignado público e privado;
- Operações lastreadas em saldo de FGTS.

Dentro do seu modelo de negócios, a Cartos SCD atua na originação de Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e na cessão dessas operações ao mercado de capitais sem coobrigação, sendo essa a principal forma de gerenciamento de carteira.

As operações que não são absorvidas pelo mercado de capitais permanecem no balanço como carteira própria, classificadas e mensuradas ao custo amortizado.

Categorias previstas na regulamentação:

1. Custo amortizado – ativos mantidos para receber fluxos de caixa contratuais que atendem ao teste SPPI. (Inclui toda a carteira própria da Companhia).
2. Valor justo por meio do resultado (VJPR) – ativos destinados à negociação ou que não atendam ao teste SPPI. (Não aplicável na data-base de 30/06/2025).
3. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – ativos mantidos para recebimento e venda, atendendo ao teste SPPI. (Não aplicável na data-base de 30/06/2025).

Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando designados ao valor justo por meio do resultado. Não havia passivos designados a valor justo em 30/06/2025.

26 Perdas de Crédito Esperadas

A Cartos SCD adota a metodologia simplificada prevista para instituições do Segmento S5, calculando perdas de crédito esperadas (*Expected Credit Loss – ECL*) para toda a vida das operações, com base no critério de dias de atraso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo considera:

- Probabilidade de Inadimplência (PD);
- Perda Dada Inadimplência (LGD);
- Exposição no Momento do Default (EAD);
com ajustes para condições econômicas atuais e projeções futuras.

Classificação:

- Nível A (estágio 01) – 0 a 14 dias, sem provisão mínima exigida;
- Níveis B a G (estágio02) – 15 a 179 dias, provisão conforme percentuais regulatórios;
- Nível H (estágio03) – \geq 180 dias ou com evidência objetiva de perda, provisão integral.

As operações no nível “H” permanecem nesse estágio por 6 meses e são baixadas (write-off) contra a provisão existente, permanecendo em contas de compensação por no mínimo 5 anos.

Em 30/06/2025, toda a carteira própria estava no nível A, sem necessidade de constituição de provisão.

27 Análise de Sensibilidade e Risco de Crédito

A Cartos SCD gerencia seu risco de crédito por meio de análise prévia de capacidade de pagamento, definição de limites por cliente e monitoramento contínuo da carteira.

Em 30/06/2025, a carteira própria estava composta por:

- Crédito pessoal sem garantia;
- Crédito consignado público e privado;
- Operações lastreadas em saldo de FGTS.

Grande parte das operações originadas é cedida ao mercado de capitais sem coobrigação, permanecendo no balanço apenas as não absorvidas pelo mercado, mensuradas ao custo amortizado.

O prazo médio da carteira própria é de aproximadamente 12 meses, predominando operações sem garantia real, exceto aquelas com vinculação ao FGTS.

Simulações internas indicam que elevações nas taxas de inadimplência impactam diretamente a necessidade de provisão para perdas e, conseqüentemente, o resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2025 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.

Henrique Souza e Silva Peretto
CPF: 151.935.858-09

Fernando Felipe Falcão
1CE027208/O-3 'T' SP